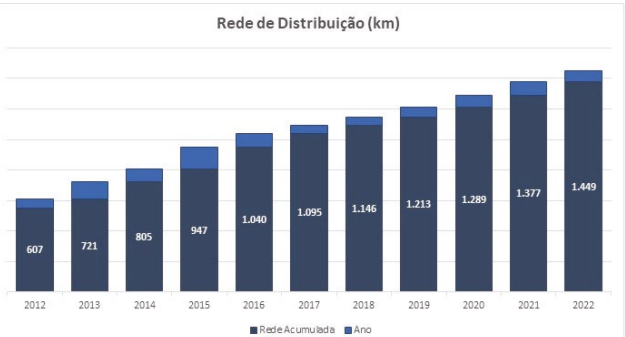




COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Relatório de Gestão 2022 – Diretoria Executiva

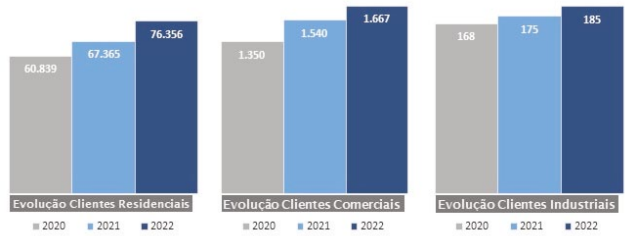
A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2022, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Sulgás é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas Compass Um Participações S/A e Commit Gás S/A, sendo a composição acionária de 51% Compass e 49% Commit. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrico. A Sulgás, reforçando seu papel como provedora de infraestrutura de distribuição de gás, implantou 71 km de rede de distribuição totalizando 1.449 km no Estado e investiu R\$ 60 milhões, incremento de 30% em relação a 2021.



A carteira de clientes da Companhia continuou crescendo com a entrada em operação de 9.145 novos clientes, finalizando o ano em 78.368 clientes ligados a rede de distribuição de gás, que representa crescimento de 13% no ano. Destaque para o segmento residencial que registrou incremento de 8.991 unidades. Os segmentos industrial e veicular também registraram acréscimos importantes, ambos com 10 novos clientes no ano de 2022.

O volume de gás distribuído apresentou aumento em comparação com o ano de 2021, aumentando de 1,69 milhões m³/dia para 2,15 milhões m³/dia, principalmente devido ao serviço de distribuição (TUSD). Em contrapartida, o segmento veicular apresentou retração de 17% no ano.

CARTEIRA DE CLIENTES	2020	2021	2022
Industrial	168	175	185
Comercial	1.350	1.540	1.667
Veicular	94	103	113
Residencial	60.839	67.365	76.356
Cogeração PPT	2	2	2
Geração Ponta / Cogeração	34	37	44
Geração Elétrica	1	1	1
TOTAL	62.488	69.223	78.368



Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	152.389	72.657
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes totais do exercício	152.389	72.657

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		228.121	111.743
Ajustes para:			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-6.170	3.672
Provisões cíveis e trabalhistas	14	112	-3.064
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		4.169	465
Provisão participação no resultado		4.145	-
Amortização		35.978	32.259
Baixa de intangível	13	200	-
Outras		1.148	6.239
		267.703	151.314
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-49.792	-26.606
Estoques		258	-633
Outros ativos e passivos, líquidos		5.037	16.098
Fornecedores		43.253	37.947
Ordenados e salários a pagar		-2.982	3.024
Imposto de renda e contribuição social		-22.107	-52.730
		-26.333	-22.900
		241.370	128.414
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao intangível e ativos de contrato	7	-59.972	-46.814
Caixa restrito		-4.100	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-64.072	-46.814
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos	4.4	72.500	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	4.4	-1.917	-
Amortização de principal sobre arrendamento mercantil		-1.785	-22.958
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil		-612	-2.590
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	11	-158.541	-56.471
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		-90.355	-82.019
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		86.943	-419
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		73.298	73.717
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		160.241	73.298
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		17.629	50.817

Transações que não envolvem caixa

I. Reconhecimento do direito de uso de novos contratos de arrendamento no montante de R\$ 5.286.
II. Foram utilizados créditos tributários federais para o pagamento do ajuste anual de 2021 e 1º, 2º e 3º trimestre de 2022 de imposto de renda e contribuição social, bem como para pagamentos mensais de PIS/COFINS, no valor total de R\$ 44.283.

Apresentação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)							
Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	160.241	73.298	Fornecedores	4.5	151.863	107.833
Contas a receber de clientes	4.2	171.318	90.291	Empréstimos e financiamentos	4.4	881	-
Estoques		5.904	7.274	Ordenados e salários a pagar		6.411	5.247
Receíveis de partes relacionadas	4.3	124	-	Outros tributos a pagar		5.147	3.937
Outros tributos a recuperar	5	12.311	48.458	Imposto de renda e contribuição social correntes	9	32.124	11.626
Outros ativos		1.676	1.102	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11	37.106	104.048
Ativo circulante		351.574	220.423	Pagáveis a partes relacionadas	4.3	1.971	-
				Arrendamentos		2.983	1.954
Caixa restrito		4.100	-	Adiantamentos de clientes		27.460	-
Contas a receber de clientes	4.2	2.130	538	Outras contas a pagar		3.977	2.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	9.070	6.724	Passivo circulante		269.923	236.755
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6	1.991	Empréstimos e financiamentos	4.4	72.836	-
Outros tributos a recuperar	5	97.874	89.174	Provisões para demandas judiciais	10	1.418	1.306
Depósitos judiciais	10	1.430	1.399	Arrendamentos		3.456	1.986
Outros ativos		300	56	Passivos setoriais	4.6	125.719	117.881
Direito de uso		5.678	3.785	Passivo não circulante		203.429	121.173
Ativos de contrato	7	25.805	25.401	Total do passivo		473.352	357.928
Intangível	6	195.121	168.374	Patrimônio Líquido	11		
Ativo não circulante		341.514	297.442	Capital social		81.187	81.187
				Reserva de lucros		138.549	78.750
Total do ativo		693.088	517.865	Total do patrimônio líquido		219.736	159.937
				Total do passivo e patrimônio líquido		693.088	517.865

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	81.187	16.237	29.862	6.933	55.923	-	190.142
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-54.836	-	-54.836
Reserva estatutária	-	-	-29.862	-	-	-	-29.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	72.657	72.657
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.164)	-18.164
Dividendo adicional sujeito a aprovação	-	-	-	-	54.493	(54.493)	-
					55.580	-	159.937
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.187	16.237	-	6.933	-	-	-54.493
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-54.493	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	152.389	152.389
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Dividendos obrigatórios (Nota 11)	-	-	-	-	-	(31.491)	-31.491
Retenção de lucros (Nota 11)	-	-	-	-	114.292	(114.292)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11)	-	-	-	-	-	(6.606)	-6.606
Saldo em 31 de dezembro de 2022	81.187	16.237	-	6.933	115.379	-	219.736

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	12	1.860.342	1.140.961
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	13	-1.579.426	-962.041
Resultado Bruto		280.916	178.920
Despesas de vendas	13	-2.486	-19.085
Despesas gerais administrativas	13	-74.040	-63.064
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	3.159	-30.684
Despesas operacionais		-73.367	-112.833
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		207.549	66.087
Despesas financeiras		-14.757	-995
Receitas financeiras		35.329	46.651
Resultado financeiro líquido	15	20.572	45.656
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		228.121	111.743
Corrente		-78.078	-47.064
Diferido		2.346	7.978
Imposto de renda e contribuição social	9	-75.732	-39.086
Lucro líquido do exercício		152.389	72.657
Resultado básico por ação – em Reais:			
Ordinárias		7,06726	3,36956
Preferencias		7,06726	3,36956

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termoeletrico e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Em 03 de janeiro de 2022, a Compass Gás e Energia S.A. concluiu a compra das ações pertencentes ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomando-se acionista majoritária da Companhia através da sua subsidiária Compass Um Participações S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 51% do capital social. A Commit Gás detem o restante da participação de 49% do capital social.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em abril de 1994, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado do Rio Grande de Sul (AGERGS), por um prazo de 50 (cinquenta) anos.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2023.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- I. Nota 4.2 - Contas a receber de clientes
- II. Nota 6 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- III. Nota 8 - Compromissos
- IV. Nota 4.6 - Passivo setorial
- V. Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social
- VI. Nota 10 - Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

4 Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes

Categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "hedge" designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	38.784	6.009
Contas a receber de clientes	4.2	173.448	90.829
Receíveis de partes relacionadas	4.3	124	-
		212.356	96.838
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa)	4.1	121.457	67.289
		121.457	67.289
Total		333.813	164.127
Passivos			
Custo amortizado	4.4	-73.717	-
Empréstimos e financiamentos	4.5	-151.863	-107.833
Fornecedores		-3.977	-2.110
Outros passivos financeiros		-37.106	-104.048
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-6.439	-3.940
Arrendamentos	4.6	-125.719	-117.881
Passivos setoriais	4.3	-1.971	-
Pagáveis a partes relacionadas		-400.792	-335.812
Total		-400.792	-335.812
4.1 Caixa e equivalentes de caixa			
Política contábil:			
São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.			
		31/12/2022	31/12/2021
Banco Conta Movimento		38.784	6.009
Aplicações Financeiras		121.457	67.289
TOTAL		160.241	73.298

As aplicações financeiras foram realizadas em CDB (Banrisul) e compromissadas (Itaú), com remuneração de 100% do DI e 82% do DI respectivamente. As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

>>>Continua

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i)	82.707	110.087
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	3.804	3.148
Programa de Integração Social (PIS) (i)	17.955	23.899
Outros	5.719	498
	110.185	137.632
Circulante	12.311	48.458
Não circulante	97.874	89.174

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valerá a partir de 15 de março de 2017 – data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte.

Em 31/12/2021, face ao direito líquido e certo em decorrência da repercussão geral estabelecida pela decisão do STF, a Companhia reconheceu créditos tributários referente ao período de março/17 até março/21, no valor de R\$ 44,10 milhões que foram contabilizados no curto prazo e totalmente aproveitados em 2022. Ainda, foram reconhecidos créditos de longo prazo no valor de R\$ 79,60 milhões, em decorrência da Ação Coletiva de Repetição de Indébito n.º 60722-58.2016.4.01.3400, movida pela ABEGÁS, sendo que a referida ação ainda não transitou e julgado e, portanto, não é possível o aproveitamento de tais créditos.

6 Ativos intangíveis

Política contábil:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Outros	Total
Valor de custo:			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	477.746	26.409	504.155
Adições	-	-	-
Baixas	-1.093	-	-1.093
Transferências	53.760	5.807	59.567
Saldo em 31 de dezembro de 2022	530.413	32.216	562.629

Valor de amortização:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	-320.575	-15.206	-335.781
Adições	-30.357	-2.263	-32.620
Baixas	893	-	893
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-350.039	-17.469	-367.508

Saldo em 1º de janeiro de 2022 157.171 11.203 168.374

Saldo em 31 de dezembro de 2022 180.374 14.747 195.121

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

7 Ativos de contratoPolítica contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 6).

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	25.401
Adições	59.972
Baixas	-35
Transferência para ativo intangível	-59.533
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.805

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 217 a uma taxa de média de 5,81% a.a.

8 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 545.680 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2027.

9 Imposto de renda e contribuição socialPolítica contábil:

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

i. Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente

aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição Fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a)Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	228.121	111.743
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	-77.561	(37.993)

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Exclusões/(adições) permanentes líquidas	-417	-1.094
Juros sobre capital próprio	2.246	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-75.732	-39.087
Taxa efetiva	33,20%	34,98%

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R\$ 32.124 (R\$ 11.626 em 31 de dezembro de 2021) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

IRPJ e CSLL Diferido sobre:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão devedores duvidosos (Ativo Circulante)	17.080	23.250
PDD - Fiscal (Ativo Circulante)	-14.283	-22.121
Provisão PLR (Passivo Circulante)	2.840	-
Provisões cíveis e trabalhistas (Passivo Não Circulante)	1.418	1.306
Provisão dos Estoques	1.112	-
Provisão consumidores - valor principal (Passivo Não Circulante)	86.292	86.102
Outros valores (exclusão selic e receita - cosit 183/21)	-46.884	-46.884
Depreciação acelerada (Passivo Não Circulante)	-20.898	-21.877
Base de Cálculo	26.677	19.776
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	9.070	6.724

10 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos cíveis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2022, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

	Provisão para demandas judiciais	Depósitos judiciais		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis, ambientais e regulatórias	2	33	-	-
Trabalhistas	1.416	1.273	1.430	1.399
	1.418	1.306	1.430	1.399

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.345	1.025	4.370
Provisionado no exercício	11	311	322
Baixas por reversão / pagamento	-3.323	-63	-3.386
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33	1.273	1.306
Provisionado no exercício	184	504	688
Baixas por reversão / pagamento	-215	-361	-576
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2	1.416	1.418

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	11.697	9.342
Tributário	21.653	-
Trabalhistas	2.472	2.812
	35.822	12.154

a) Trabalhistas

Os processos trabalhistas são predominante oriundos e empresas terceirizadas onde a Companhia responde solidariamente.

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

b) Cíveis

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre revisões de contratos, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia.

c) Tributário

Os processos tributários são decorrentes de ações fiscais em fase administrativa nos âmbitos estadual e federal.

11 Patrimônio líquidoPolítica contábil:

a) Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 81.187, é representado por 21.563 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas. Não houve movimentação da quantidade de ações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e sua composição é a que

	Quantidade de ações - milhares	
Acionistas	Ordinárias	%
Compass Um Participações S.A.	10.997	51
Commit Gás S.A.	10.566	49
Total	21.563	100

b.Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2021

Resultado líquido do exercício	72.657
Dividendos	-72.657
Em 31 de dezembro de 2021	-

Em 1º de janeiro de 2022

Resultado líquido do exercício	152.389
Juros sobre capital próprio 2022, imputados como dividendo mínimo obrigatório	-6.606
Dividendos	-31.491
Retenção de lucros	-114.292
Em 31 de dezembro de 2022	-

b. Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2022 e 30 de novembro de 2022, no valor de R\$ 6.606, antes dos tributos, que será pago em 21 de fevereiro de 2023.

c. Dividendos

No dia 01 de dezembro de 2022, foi aprovado o pagamento dos dividendos do resultado total de 2021 no valor de R\$ 72.657, pago em 19 de dezembro de 2022, conforme segue:

a) R\$ 18.164, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, cabendo a Compass Um Participações S.A.o valor de R\$ 9.263 e a Commit Gás S.A.o valor de R\$ 8.900;

b) R\$ 54.493, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, cabendo a Compass Um Participações S.A.o valor de R\$ 27.792 e a Commit Gás S.A.o valor de R\$ 26.701.

Em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos declarados de exercícios anteriores no valor de R\$ 85.884, pago em 19 de dezembro de 2022, conforme segue:

c) R\$ 29.862, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016, cabendo ao antigo acionista, Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 15.230 e a Commit Gás S.A.o valor de R\$ 14.632;

d) R\$ 56.022, declarados em Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril 2021, cabendo ao antigo acionista Estado do Rio Grande do Sul no valor de R\$ 28.571 e a Commit Gás S.A.o valor de R\$ 27.451.

Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2022	152.389
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	152.389
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	152.389
	38.097

Juros sobre capital próprio bruto

Dividendos propostos

Juros sobre capital próprio e dividendos propostos

Total do lucro a destinar em 2022

	-6.606
	-31.491
	-38.097
	114.292

Passivo divendos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Dividendos 2021 transferidos do PL	104.048
Dividendos 2021 transferidos do PL	54.493
Dividendos propostos	31.491
Juros sobre capital próprio proposto	6.606
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	-991
Dividendos pagos	-158.541
Juros sobre capital pagos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.106

b. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

12 Receita operacional líquidaPolítica contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de gás	2.187.503	1.390.464
Receita bruta na prestação de serviços e outros	50.868	4.512
Receita de construção	59.972	46.090
Impostos e deduções sobre vendas	-438.001	-300.105
Receita operacional líquida	1.860.342	1.140.961

13 Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos. Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/ finalidade é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do gás e transporte	-1.476.225	-915.951
Custo de construção	-59.972	-46.090
Despesas com pessoal	-44.291	-37.738
Despesas com materiais/ serviços	-39.487	-9.872
Amortização	-35.978	-34.539
	-1.655.952	-1.044.190

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Despesas de vendas

Despesas gerais e administrativas

	-1.579.426	-962.041
	-2.486	-19.085
	-74.040	-63.064
	-1.655.952	-1.044.190

14 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos extemporâneos PIS/COFINS (i)	-	86.102
Resultado nas alienações e baixas do intangível	237	-
Efeito líquido da receita ship/take or pay (ii)	1.582	1.354
Efeito líquido das demandas judiciais	-112	3.064
Outros (iii)	1.452	-121.204
	3.159	-30.684

(i) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS.

(ii) Cláusula contratual no transporte de gás com regra mínima de consumo na compra (ship or pay) e na venda (take or pay).

(iii) Em 2021 refere-se ao reconhecimento da provisão de consumidores.

15 Resultados financeiros

Política contábil:

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber).

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

>>>Continua

